

Governo estuda anistia para repatriar dólares

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A possibilidade da concessão de uma anistia aos brasileiros com dólares no Exterior, para permitir o retorno do capital ao país, está sendo estudada por técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central que trabalham nas normas para a conversão da dívida externa brasileira em investimento.

A informação foi dada a **O Estado** e ao **Jornal da Tarde** por uma fonte do Palácio do Planalto, segundo a qual calcula-se (por estimativa, já que não há controle sobre isso) que haja no Exterior perto de US\$ 80 bilhões, que podem voltar ao País por terem sido adquiridos e retirados daqui irregularmente. A idéia é propor aos brasileiros com capital nestas condições a oportunidade de compra de títulos da nossa dívida no Exterior, com deságio, com a garantia de recompra dos papéis pelo Banco Central, pelo seu valor escritural, em cruzados.

Quem aceitasse a proposta poderia ainda trazer ao Brasil, sem que houvesse questionamento da origem, dólares em valor correspondente aos títulos adquiridos. Com isso o governo espera repatriar pelo menos uma parte dos nossos dólares.

"O Brasil não tem como pagar sua dívida externa, mas o brasileiro tem", disse a fonte para justificar a proposta, que ainda não tem data para se tornar lei, assim como não existe um prazo certo para que as regras da conversão da dívida externa em investimento sejam divulgadas. As idéias vêm sendo trabalha-

das do ponto de vista da técnica econômica, e, nos próximos dias, devem chegar à Consultoria Geral da República, encarregada de dar forma jurídica ao documento.

Como a discussão sobre os detalhes da conversão já leva dois meses, sem que haja acordo sobre pontos importantes, o governo pensa em emitir uma norma geral, afirmando que o Brasil vai permitir a transformação da nossa dívida em investimento e deixar para ser definida depois, pelo Banco Central, a forma como isso se dará. "A norma geral poderá sair mais ou menos rapidamente, dependendo da forma como se desenvolverem as negociações da dívida brasileira", disse a fonte, observando que a maior pressão para que se permita a conversão no Brasil vem daqueles bancos que compraram títulos da nossa dívida com deságio, "que não são poucos".

Ocorre que, conforme explicou a fonte, o Brasil não pode simplesmente permitir a conversão, indiscriminadamente: ela deverá vir em quantidades dosadas, para não aumentar a massa monetária e, ao mesmo tempo, para permitir um escalonamento no financiamento do devedor interno. Isso porque os devedores nacionais, como empresas estaduais e prefeituras, por exemplo, terão que pagar sua dívida em cruzados, para o setor de investimento, e, em muitos casos, o governo federal terá que bancar este pagamento, a título de financiamento. A definição dos setores de investimento, a taxa de desconto e as limitações para remessas de lucros são temas também em discussão.